



10º Encontro Internacional de Política Social 17º Encontro Nacional de Política Social

Tema: Democracia, participação popular e novas resistências
Vitória (ES, Brasil), 27 a 29 de agosto de 2024

Eixo: Direitos humanos, segurança pública e sistema jurídico

Gênero e Ideologia: controvérsias em Projetos de Leis da Câmara Federal

Cristiane Bofim Fernandez¹
Ana Beatriz Colares da Silva²
Bárbara Vitória Duarte Nogueira³

Resumo: O texto faz uma reflexão sobre gênero e ideologia, com foco na educação sexual, a partir do conteúdo de Projetos de Leis (PLs) de 2014 a 2024 na Câmara Federal. Para tanto, usou-se os descritores gênero e ideologia para identificação dos projetos de Lei no Portal da Câmara Federal, em seguida, selecionados aqueles cuja ementa tivessem os termos gênero, ideologia, sexualidade e/ou similares. A discussão sinaliza as controvérsias sobre gênero e/ou ideologia de gênero com uma forte crítica de deputados conservadores em relação a ideologia de gênero.

Palavras-chave: Gênero; Ideologia; Sexualidade; Conservador; Projetos de lei.

Gender and Ideology: controversies in Bills from the Federal Chamber

Abstract: The text reflects on gender and ideology, with a focus on sexual education, based on the content of Bills (PLs) from 2018 to 2024 in the Federal Chamber. To this end, the descriptors gender and ideology were used to identify the projects, and then the PLs with the terms gender, ideology, sexuality or similar terms in their menu were selected. The discussion highlights controversies about gender and/or gender ideology. There is criticism from conservative deputies regarding gender ideology.

Keywords: Gender; Ideology; Sexuality; Same-sex; Bills.

1. INTRODUÇÃO

O tema sexualidade aquece o debate da sociedade contemporânea brasileira, principalmente no século XXI, nos instigando a pensar na responsabilidade quanto ao direcionamento da educação sexual de crianças e adolescentes. Família, sociedade e Estado são responsáveis pela educação sexual, porém, os papéis são diferenciados. Assim sendo, optamos por refletir sobre a disputa política-ideológica pelo direcionamento da educação sexual no parlamento evidenciada no expressivo número de propostas legislativas envolvendo gênero, ideologia, educação sexual e diversidade nas escolas.

¹ Doutora em Política Social pela UnB e professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Cristiane@ufam.edu.br

² Graduanda em Serviço Social na Universidade Federal do Amazonas (UFAM)
Beatriz.colares@ufam.edu.br

³ Graduanda em Serviço Social na Universidade Federal do Amazonas.(UFAM).
barbaraduartemog@gmail.com

O tema gênero tem pautado discussões familiares, a política, o cinema, novelas, a economia, o legislativo, o judiciário, a academia e as políticas públicas, de uma forma polêmica, gerando tensões entre pessoas e instituições. Neste cenário, há vozes dissonantes na compreensão da sexualidade, principalmente, de crianças e adolescentes nas escolas.

Neste sentido, dialogaremos com pensamentos e ideias sobre sexualidade, gênero e ideologia por meio do estudo de propostas legislativas sobre o tema, particularmente, apresentação de Projetos de Lei no período de 2018 a 2024. Para esta reflexão, consideramos a inexistência de neutralidade na exposição, mas, o escritor deve ser fiel aos achados da pesquisa e ao fazer suas interpretações e reinterpretações seus argumentos devem ser bem fundamentados.

Dito isso, traçamos uma rota desta viagem. Pós- largada de partida - esta introdução - faremos três paradas até chegar ao destino final. A primeira será no campo do gênero e sexualidades, categorias responsáveis por intensificar/polarizar o debate entre conservadores e progressistas; a segunda afluente para os rios do conservadorismo, corrente de pensamento bastante criticada e, às vezes, incompreendida devido a falta de conhecimento sobre o pensamento conservador. A terceira será no parlamento – um mergulho nos projetos de lei e suas disputas ideopolíticas.

2. GÊNERO E SEXUALIDADE

Ao longo da história a sociedade vem modificando seu olhar sobre a sexualidade humana em uma disputa entre pensadores de diversas áreas a respeito desta questão fundamental para vida do ser humano. Quando se pensa em compreender o homem, a mulher, a criança é comum associá-los a sexualidade que para Santos & Aguiar (2018) está envolta em múltiplas dimensões. A biológica associa sexualidade ao prazer, as sensações. Ela não se confunde com o sexo, mas, o envolve. Ao mesmo tempo, o corpo sofre, sente, além do corpo físico é a dimensão psicológica.

Além disso, as sociedades possuem suas crenças, valores e ética que definem visões sobre sexualidade. Toda percepção sobre sexualidade se fundamenta numa visão de mundo e assim temos a dimensão social e cultural “Todo sistema moral repousa sobre uma cosmovisão. Em cada decisão que tomamos, não estamos apenas decidindo o que queremos fazer. Estamos expressando a nossa visão sobre o propósito da vida humana”. (Pearcey, 2022:13)

A dimensão cultural envolve os costumes, as tradições, a moral de cada época e lugar na história que definem a ética sexual, legitimada por toda a sociedade, ou a maioria de seus segmentos. Embora seja constante a existência de conflitos éticos, o Estado Democrático de Direito no Brasil, por meio de suas legislações dá o direcionamento para garantia de uma sexualidade saudável, ou seja, a dignidade sexual a toda sua população desde a criança ao idoso. O cenário legal é permeado por crenças culturais disputando a noção de direitos sexuais, gênero, diversidade sexual, logo, temos vieses conservadores e progressistas influenciando o campo de políticas públicas voltadas para a educação sexual em escolas.

Observa-se uma disputa por mudanças legislativas como expressão de transformações culturais na sociedade. No entanto, não significa que tais transformações tenham alcançado toda a sociedade quanto ao modo de ver a sexualidade. Por essa razão, consideramos o debate sobre sexualidade, liberdade sexual, linguagem neutra, gênero e sexo pois há éticas distintas em relação a sexualidade, disputando o que seja correto e saudável ou não para o segmento infantojuvenil.

O que pensa a sociedade sobre a educação sexual de crianças e adolescentes e a responsabilidade dos envolvidos neste processo? Há um campo de batalha quando se fala em sexualidade/gênero nas escolas é o que evidencia a apresentação de projetos de lei que são objeto desta reflexão deste texto. Neste debate ideológico considera-se os conflitos envolvendo o conceito de gênero e sexo.

Durante um longo período da história ao referir-se a homens e mulheres era utilizado o termo 'sexo', definido como "um dado biológico que comporta vários parâmetros dinâmicos e evolutivos" (Bonnewijn, 2015, 31). Não havia separação entre sexo e gênero. Quando se nascia uma criança, ou antes mesmo do nascimento, os pais se preparavam para receber um menino (sexo masculino) ou menina (sexo feminino). O gênero se associava ao sexo, ou seja, se o sexo é feminino, o gênero é feminino.

Isso não significa monossemia na forma de compreender masculinidade e feminilidade. "O modo que nós expressamos nosso gênero varia de cultura para cultura. Não há um único modo ou modo certo para expressar gênero – cada cultura tem suas próprias normas" (Walker, 2022, p.33). Logo, o gênero, ao longo da história, tem sido expresso de diferentes formas.

Segundo Bonnewijn (2015), o termo gênero é oriundo do latim *genus, generis* e do grego *genos*. Originalmente, o termo surgiu como 'gender', este "se refere à geração

e à origem para identificar os seres, diferenciá-los uns dos outros e reagrupá-los em categorias homogêneas” (idem, p.34). Assim, a base da teoria de gênero é a separação entre sexo e gênero e a insignificância absoluta do sexo pois o sexo é irrelevante e a sociedade não deve limitar-se a apenas um gênero, mas permitir descobrir tantos quanto forem possíveis.

Quando se iniciou o rompimento entre sexo e gênero? O conceito de gênero foi tomado por feministas dos estudos de John Money que o usou para identificar uma patologia ao se referir a pessoa de um gênero que se sente e se comporta como se fosse de outro. Money um dos maiores cientistas no ramo dos estudos de gênero “ defendia a ideia – novidade para a época (1960-1970) – de que o gênero é apenas uma construção social. Crianças nas nascem meninos e meninas, Money acreditava”. Elas se tornavam meninas e meninos de acordo como os pais as criavam. (Sax, 2019, p.325).

Antes de Money, em 1949, Simone de Beauvoir, a famosa autora feminista, já afirmava “não se nasce mulher, se torna mulher”. Gênero é uma construção social, uma invenção a sociedade. É nesta desconstrução do conceito de gênero associado ao sexo que temos o debate sobre *ideologia de gênero*. Para alguns, é uma invenção da direita, uma teoria conspiratória, para os conservadores é um ideologia a ser combatida por colocar em xeque a compreensão de gênero.

Ideologia de gênero é dizer que ninguém nasce homem ou mulher, cada um constrói sua própria identidade ou seu gênero. Todos nascem iguais e a diferenciação entre homem, masculino, e a mulher feminina é desenvolvida pela sociedade por um processo histórico e cultural. (Lemos & Carvalho, 2023)

Segundo Bonnewijn (2015) gênero constitui-se um conceito polimorfo que atravessa políticas internacionais, nacionais, locais, instrumentos jurídicos, universidades e agências da Organização das Nações Unidas (ONU). Diferentes vozes ressoam para responder esta questão – psicólogos, sociólogos, filósofos, teólogos. O debate sobre gênero se desenvolve junto ao movimento feminista radical norte-americano, nos anos 70. A partir dos anos 1960 houve uma revolução sexual com a ideia de que as mulheres deveriam ‘gozar livremente’, liberar sua sexualidade roubada durante muito tempo. Tal ideia é fundamental para compreensão dos estudos da teoria de gênero cuja reivindicação é poder exercer livremente qualquer prática sexual.

Este debate da desvinculação entre sexo e gênero é perceptível hoje no uso da linguagem neutra – todexs, amigues, meninxs - alvo de muitas polêmicas, sendo

inclusive proibida em algumas escolas. Por conta da desconstrução do sentido original de gênero (vinculado ao biológico) e da apropriação da nova concepção como construção social surgem vozes dissonantes na acirrada disputa no campo ideológico, científico, político, como será visto adiante em projetos de lei.

O debate sobre gênero e o aumento expressivo de projetos de lei nesta área a partir da perspectiva conservadora nos impõe um diálogo com o conservadorismo, a fim de conhecermos seus conceitos e características, ponto de explanação a seguir.

3. RIOS DE CONSERVADORISMO

O conservadorismo constitui-se pauta de discussão na sociedade, particularmente, no espaço acadêmico, político e religioso. Nas universidades, há uma forte produção de conhecimento combatendo o pensamento conservador e seus desdobramentos, sobretudo, nas ciências humanas. Neste espaço, toda relação com o conservadorismo tende a ser sinônimo de atraso, de movimento retrógrado pois a visão que se tem do conservador é de alguém que deseja manter a sociedade tal como está, com suas desigualdades sociais e econômicas. Mas, há um desconhecimento sobre o que seja realmente o conservadorismo, inclusive em ambiente universitário.

No *espaço político*, principalmente, no parlamento, o conservadorismo contemporâneo vincula-se “às variadas posições contrárias aos avanços das pautas da esquerda” (Souza, 2016:360). Tais como aborto, drogas e casamento gay. No *espaço religioso*, sobretudo, cristão, é comum associar conservadorismo e cristianismo, desconsiderando os adeptos de uma corrente progressista dentro do Cristianismo que critica a tradição cristã.

O conservadorismo é um conceito polissêmico cujo conteúdo, segundo Koysis (2024) muda de forma significativa ao longo das épocas e lugares, tornando-o mais difícil de ser analisado. Logo, parte-se da premissa de que há conservadorismos, sendo fundamental a compreensão dos sentidos e significados de representantes desta corrente e do reconhecimento de suas expressões no cotidiano daqueles cujos valores, posicionamentos e práticas sejam conservadores.

Segundo Scruton (2022) a herança do conservadorismo político remonta a herança do pensamento em Aristóteles, em sua obra, Política. Os conservadores tendem a partilhar a concepção aristotélica de *racionalidade humana*, entendendo ele que os objetivos da vida política é refinar o uso da razão e implantar as virtudes necessárias para

o exercício coletivo. Associada ao uso da razão, destaca-se duas características da condição humana ligadas entre si presentes no conservadorismo - a ideia de *pertencimento social* – a vivência em comunidade, seja numa sociedade tribal, religiosa ou política; e a ideia de *competição dos seres humanos entre si* pois além da cooperação, os homens competem entre si, mas se deve assegurar que seja uma competição pacífica.

Portanto, o pertencimento a uma comunidade de fé aponta para a manutenção de certos valores e costumes, incluindo a área da sexualidade humana. Há geralmente uma ética sexual religiosa direcionando as próximas gerações - as crianças - que entra em conflito com um moral sexual que não pretender por limites a liberdade sexual infantil.

O conservadorismo surge como “ tentativa de manter os valores do parentesco e da religião em comunidades que estavam sendo reorganizadas por um lei puramente política” (Idem, p.11). Se se trata de valores de parentesco, compreende-se a família com sendo fundamental para o conservadorismo. “ O mais importante impulso para o pensamento conservador é o desejo de sustentar as redes de familiaridade e confiança das quais a comunidade depende para sua longevidade”. (ibidem, p.12). Portanto, a *manutenção de costumes e instituições* é marca distintiva do pensamento conservador.

Se as pessoas chegam ao mundo com obrigações é porque estas lhes foram legadas por seus antecessores, ou seja, existem obrigações presentes nas instituições e tradições que precisam ser mantidas, sejam no campo político, cultural ou econômico, pois “contêm em si uma preciosa herança de sabedoria, sem a qual o exercício da liberdade tem tanto a probabilidade de destruir os benefícios e direitos humanos quanto de melhorá-los” (idem, p.22)

3.1 Ideias e princípios do Conservadorismo

Segundo Garschagen (2023) o conservadorismo está associado a mentalidade (disposição individual) e a uma posição política. Obras de certos escritores, artistas, políticos, poetas ao longo da história constituem-se expressão de uma mentalidade conservadora. Scruton (2022) aponta John Rusk, o escritor, pintor e crítico social como um dos expoentes do conservadorismo cultural. “ Ele via na arte do passado uma integridade espiritual e uma coesão social que acreditavam estarem desaparecendo do mundo capitalista industrial”. (p.72).

Em relação a posição política conservadora, somente no início do século XIX o termo conservador passa a ser usado quando surgem formalmente os partidos

conservadores em determinados contextos sociohistóricos e políticos. Mas, anteriormente, já no século XVIII, o conservadorismo nascia como filosofia política da modernidade relacionada a experiência da monarquia inglesa. O sistema parlamentar britânico diante do advento da Revolução Francesa, em 1789, se viu obrigado a se posicionar de forma mais radical nos moldes da primeira fase revolucionária francesa, (Garschagen, 2023). Desta forma, no século XVIII, “surge oficialmente” uma mentalidade conservadora.

Os fundamentos essenciais que unem distintos conservadorismos são o tradicionalismo, o organicismo e o ceticismo político expostos a seguir, sobretudo, a partir das reflexões de Garschagen (2023).

O Tradicionalismo remete ao apego aos costumes e tradições estabelecidas. Porém, não de uma forma estática ou reacionária. A tradição consiste na defesa “ de uma ordem social historicamente dinâmica que incorpora a sabedoria prática acumulada da comunidade, sendo um produto coletivo, fruto de inúmeros ajustes e modificações feitas por indivíduos politicamente experientes nas circunstâncias da decisão política responsável”. (idem. 45). Isso significa que por meio de valores comuns, a tradição é repassada por gerações sucessivas, mantendo o que é essencial e corrigindo o que for necessário, ou seja, há uma obrigação de reformar em determinados momentos.

Mas, que tradições devem ser mantidas? Há uma multiplicidade temporal de tradições apontando suas modificações ao longo da história, fazendo com que as manifestações tardias sejam distintas das primitivas, porém, muitas vezes desconsiderados pelos conservadores. Há diferença entre tradicionalismo de tradição. O primeiro se trata de uma adesão acrítica a práticas e ideias sem sentido para os seus adeptos (uma espécie de relíquia ou objeto de estimação) enquanto a tradição segue com papel fundamental na vida de seu seguidor. (Koysis, 2014) Como visto, ao mesmo termo tradicionalismo são atribuídos significados distintos. Sendo, portanto, fundamental definir os termos para qualificar o debate e não gerar equívocos no entendimento das categorias. Neste trabalho, adotamos tradicionalismo e tradição como termos complementares. Definir os termos é essencial para qualificar o debate e não gerar equívocos no entendimento das categorias de reflexão.

Os lugares onde a tradição - esse conhecimento acumulado - é repassada são os “pequenos pelotões” de Burke apontado por Scruton (2022) como os lugares que formam as tradições – famílias, escola, igreja, time, universidade.“ Tradições sociais existem

porque permitem que uma sociedade se reproduza. Destruí-las é remover as garantias oferecidas por uma geração à seguinte”. (p.41)

O *organicismo* é a visão do indivíduo como ser humano que no relacionamento social com as outras pessoas têm como vínculo comum a cultura, as tradições, a história, os idiomas, as normas e as instituições. Estas últimas são constitutivas da identidade social dos homens capaz de preservar as coisas positivas e reformar ou descartar as negativas. Quando tradições, hábitos e costumes são ameaçados por aqueles que buscam refundar a sociedade e obrigar a todos a submissão a um projeto revolucionário, os conservadores oferecem resistência para que não sejam destruídos o que existe de positivo e virtuoso dos costumes e tradições construídas.

O *ceticismo político* significa o reconhecimento da limitação do conhecimento político e que deve ser prático e não exclusivamente teórico. Nada de ideias políticas abstratas desvinculadas da experiência social real, ou seja, utopias.” Os conservadores entendem que a sociedade é algo complexo demais para se prestar a simplificações teóricas, conforme desejam os ideólogos de diferentes matizes”. (Garschagen, 2023, p.56-7). Para o conservador, ideias/propostas devem ser submetidas a prova no mundo real, passando assim pela prova do tempo. Segundo Koysis (2014) a percepção da fragilidade humana dá aos conservadores um ceticismo em relação a mudança radical, e além disso, não existe sistema político desprovido de pontos positivos, portanto, há traços a serem mantidos.

Com base na concepção de Aristoteles, Garschagen (2022) aponta a *imperfectibilidade do homem e a prudência* como elementos essenciais ao conservadorismo. “ O conservador sabe que ideologias políticas e projetos de poder que tentam criar um homem perfeito e um mundo ideal estão fadados ao fracasso e que resultarão em autoritarismo, totalitarismo, violência e morte”. (p.61-2). A prudência orienta a agir corretamente em situações concretas, considerando o contexto e as circunstâncias, mas, necessita ser adquirida e desenvolvida. “ A exaltação da prudência como virtude política implica em solapar a visão de conservadorismo como mera manutenção do *status quo* o como aversão raivosa a mudanças” (Barreto, 2014, p.716).

Considerando o exposto, apresentamos, a seguir, o conteúdo de Projetos de Leis de deputados federais relacionado a educação sexual, sobretudo, os que visam conservar determinadas tradições.

4. PROJETOS DE LEI : Gênero e ideologia

A política configura-se um espaço importante para direcionar as ações dos homens. Segundo Bourdieu (1998) o campo político é o lugar da concorrência pelo poder que se faz pelo monopólio do direito de agir e de falar em nome dos profanos, do povo, do cidadão. Neste sentido, pessoas entram na política para representarem o interesse de seus eleitores e da sociedade geral cujos interesses são heterogêneos, sobretudo, quando se discute sexualidade de crianças e adolescentes.

A pauta gênero está presente em todas as esferas da sociedade, incluindo o poder legislativo e expressa interesses diversos de segmentos sociais. Sendo assim, identificamos por meio dos levantamentos de Projetos de Lei que valores e ideologias perpassam o interesse de políticos quando se discute gênero e/ou sexo. O levantamento foi feito no Portal da Câmara dos Deputados - <https://www.camara.leg.br/>. Na aba proposta legislativa focamos somente nos projetos de lei, usando os descritores gênero e ideologia. No primeiro momento, apareceram 71 PL. Após a leitura da ementa de cada um deles, restaram 31 que associavam gênero e ideologia ao debate sobre educação, sexualidade, crianças, entre outros.

Quadro1. **Projetos de Leis - Ano/Quantidade/Estado/Partido Político.**

ANO	QUANTITATIVO	ESTADOS (UF)	PARTIDO POLÍTICO
2014	1	BA	PSC
2015	2	MG,SP	PTB,PSC
2016	1	MT	PSC
2018	4	MG, GO, RJ, SP	PcdoB, PSL, PATRI, PRB
2019	6	PB, RJ, BA,(SP,DF),PE,CE	PSL,AVANTE, PATRI
2020	3	MG, (DF,ES) (PR,RJ)	PSL
2021	5	CE, MA, CE, BA, GO	PL,PT,AVANTE, PSL
2022	1	SC	PL
2023	7	PA, GO, MT, RJ, (SP, SE) TO, RO	MDB,PL,UNIÃO
2024	1	SE	PRD

Fonte: Pesquisa das autoras na Câmara Federal.

No governo Dilma/Temer (2014-2017) foram apresentados 4 PL que envolvem o debate sobre gênero e ideologia, no governo Bolsonaro (2019-2020) 15 PL e no segundo governo Lula (2023-até agora) 8 PL. A região sudeste apresentou 13 PL (41,93%), seguida do nordeste com 10 (32,25%), centro-oeste com 7 (22,5%), norte com 3 (9,67%) e sul com 2 (6,45%), totalizando 31. Alguns projetos foram apresentados em co-autorias e, conseqüentemente, com possibilidades de os deputados serem de estados diferentes. Tais casos acima podem ser identificados nas Unidades Federativas entre parenteses. O

PSL apresentou 10 PL (32,25%), o PL 9 (29%) e o PSC 3 (9,67%). Os demais partidos tiveram 1 ou 2 PL apenas. São Paulo e Rio de Janeiro foram os estados que mais apresentaram PL, cada um com quatro.

Quadro 2: Projetos de Lei da Câmara Federal relacionados à Ideologia de Gênero

AUTORIA	Nº DO PL	EMENTA
Felipe Saliba	772/2024	Proíbe a divulgação da ideologia de gênero em estabelecimentos públicos e privados de ensino
Olival Marques	546/2023	Proíbe o ensino de determinados conteúdos relacionados a questões de gênero nas escolas
Gustavo Gayer PL	4259/2023	Institui o Dia Nacional de Conscientização sobre a Doutrinação nas Escolas.
Dr. Jaziel	4520/2021	Criminaliza a conduta de quem ministra conteúdo nas dependências dos estabelecimentos de ensino relacionados a Ideologia de Gênero
Pastor Gil	2594/2021	Altera o ECA no sentido de vedar a exibição de publicidade (...) que se refira a temas relacionados a gênero e ideologia de gênero, orientação sexual..
Léo Motta	4893/2020	Tipifica como crime a conduta de quem (...) divulgue atividades que tenham como conteúdo a ideologia de gênero.
Pastor Sargento	1239/2019	Proíbe a aplicação de recursos públicos, (...) o uso das estruturas e instituições (...) nas ações de difusão, incentivo ou valorização da ideologia de gênero.
Pastor Eurico	258/2019	Dispõe sobre o direito dos alunos de aprender sem ideologia político-partidária(...)
Delegado Waldir	10659/2018	Altera a Lei nº 9.394, de 20.12. 1996, LDBE para vedar a doutrinação política, moral, religiosa (...) ou ideologia de gênero nas escolas.
Cabo Daciolo	10577/2018	Altera o art. 3º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes (...) para proibir a disseminação da ideologia de gênero nas escolas do Brasil.
Vinicius Carvalho	9948/2018	Altera o Estatuto da Criança e do Adolescente para dispor sobre classificação de programas com conteúdo que aborde ideologia de gênero.
Carla Zambelli;Bia Kicis	3492/2019	Altera os arts. 75, 121 e 129 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal),
Pr. Marco Feliciano	3235/2015	Acrescenta o art. 234-A à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o ECA e da outras providências.
Sr.Eros Biodino	2731/2015	Altera a Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que estabelece o Plano Nacional de Educação

Fonte: Sistema de Informações Legislativas- Câmara dos Deputados.

Em relação ao conteúdo das propostas dos 31 projetos de lei, conforme quadro acima, 14 (45,16%) possuem a expressão/categoria *Ideologia de Gênero (IG)* em suas ementas, justificativa ou teor do projeto com os seguintes traços: proibição da

disseminação da IG em escolas públicas; proibição de doutrinação na escola; proibição da IG nos programas televisivos; criminalização da ideologia de gênero e proibição de aplicação de recursos em IG.

Outra categoria dos projetos de leis é a *linguagem* – há 2 (6,45%), projetos de proteção ao direito da norma culta da língua portuguesa para os estudantes e 3 (9,67%) dispõem sobre a proibição da linguagem neutra no âmbito da educação básica. Uma terceira categoria se refere ao *sexo/gênero no esporte*, totalizando 2 PL (6,45%). Ambos estabelecem o sexo biológico como critério para participação em competições esportivas.

Dois projetos focam na proibição de lesão sexual permanente/*redesignação sexual em menores*. Outros dois PL tratam indiretamente a questão da sexualidade ao responsabilizar quem permite exposição de crianças e adolescentes em cenas de nudez e sexo explícito em eventos. Outro estabelece que os Parâmetros Curriculares promovidos por instituições de ensino básico devem respeitar a convicção de alunos, pais e responsáveis. Os outros três restantes focam em abordagem de policiais em travestis; definição de sexo/gênero e diversidade sexual. No total foram 29 projetos de lei vinculados a partidos conservadores.

Há 2 projetos de lei vinculados a partidos progressistas – PT e Pcd B. O primeiro qualifica como crime de injúria motivado em razão da condição de gênero feminino e a outra proposição dispõe sobre promoção de igualdade entre homens e mulheres como princípios do ensino e como diretriz do Plano Nacional de Educação. O número reduzido de PL se explica pelos descritores usados – ideologia e gênero. Quando aplicados termos como diversidade sexual, sexualidade há um expressivo número de Projetos de Lei envolvendo o debate sobre gênero. Abaixo temos um quadro do autores das proposições de PLS e seus respectivos partidos políticos.

Quadro 3. Autoria dos PL/ano e Partido Político - Gênero e Ideologia

Felipe Saliba (PRD-MG) 2024	Olival Marques (MDB-PA) 2023	Gustavo Gayer (PL-GO) 2023	Dr. Jaziel (PL-CE) 2021	Léo Motta (PSL-MG) 2020	Coronel Fernanda (PL-MT) 2023
Dani cunha (UNIÃO-RJ) 2023	Pastor Gil (PL-MA) 2021	Luizianne Lins (PT-CE) 2021	Bia kicis (PSL-DF); dra. Soraya (PSL-ES) 2020	Pr.Sargento Isidório (AVANTE-BA) 2019 e 2021	Kim Kataguiri (União, SP) 2023
Major Vitor Hugo (PSL-GO) 2021	Eli Borges (PL-TO) 2023	Coronel Chrisóstomo (PL-RO) 2023	Caroline de Toni (PL-SC) 2022	Eros Biondini (PTB-MG) 2015	Delegado Waldir (PSL-GO) 2018
Pr. Marco Feliciano (PSC_SP) 2015	Cabo Daciolo (Patri-RJ) 2018	Vinicius Carvalho (PRB-SP) 2018	Filipe Barros (PSL-PR) 2020	Carla Zambelli (PSL-SP) 2019	Pastor Eurico (Patri -PE) 2019
Heitor Freire (PSL-CE) 2019	Professor Victório (PSC-MT) 2016	Carlos Jordy (PSL-RJ) 2019	Jô Moraes (PcdoB-MG) 2018	Julian Lemos (PSL_PB) 2019	Erivelton Santana (PSC-BA) 2014

Fonte: Sistema de Informações Legislativa – Câmara dos Deputados/2024

As propostas de deputados de partidos conservadores enfocam na defesa do papel da família na formação ética das crianças, responsável por transmitir valores familiares tradicionais. A defesa se fundamenta no entendimento de que crianças e adolescentes, sobretudo, da educação básica, por seu processo de formação, sujeitos em desenvolvimentos, não tem maturidade suficiente para temas complexos como disforia de gênero, libertação sexual, bloqueio hormonal, linguagem neutra.

A maioria dos Projetos de Lei está tramitando em conjunto. Um já foi rejeitado (PL2649/2021), um retirado pelo autor (PL 2731/2015), três aguardando designação de relator (PL 3235/2015; PL2578/2020; PL 3419/2019), um arquivado (PL9689/2018) e um aguardando parecer (PL7180/2014).

Os deputados conservadores são responsáveis pela maioria das propostas sobre educação, em 2023 foram apresentadas 332 proposições na Câmara dos Deputados. Também estão à frente do Movimento Escola sem Partido, fundado em 2004 e que tem como base a ideia de que a família deve ter prioridade em relação à escola, e exerce uma grande influência na proposição de leis, com o intuito de combater a doutrinação ideológica e política de esquerda nas salas de aula, principalmente nas séries iniciais. Atualmente, a pauta conservadora na educação tem como figura central o deputado

federal Nikolas Ferreira (PL-MG), que preside a Comissão de Educação da Câmara dos Deputados (Queiroz & Correia, 2024).

Em contraposição ao ideais conservadores, há progressistas que o consideram como ‘reacionário’ numa tentativa de reverter as conquistas relacionados ao gênero e sexualidade, como o casamento homoafetivo, a adoção de crianças por casais do mesmo sexo, redesignação sexual, entre outros.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os projetos de lei identificados expressam, majoritariamente, a reação de parlamentares conservadores sobre como a sexualidade de crianças e adolescentes pode ser direcionada, sobretudo, no espaço educacional, em escolas públicas e privadas. Há uma rejeição contundente da ideologia de gênero, orientação sexual nas escolas, em programas televisivos por compreender que a educação envolvendo ética sexual é, prerrogativa, sobretudo, de pais e responsáveis.

Nesse sentido, há uma forte crítica ao uso da “linguagem neutra” no âmbito da educação básica que busca suprimir as diferenças entre homens e mulheres, meninos e meninas. Entende-se que o gênero neutro gera uma confusão sexual nas crianças. Na mesma direção se evidencia proposições rechaçando o gênero dissociado do sexo biológico para participação de atletas em competições esportivas no território brasileiro.

Em relação aos projetos de lei de conteúdo conservador que abordam a questão do gênero e ideologia nenhum foi aprovado. A grande maioria está em tramitação o que significa uma forte disputa no parlamento em relação aos rumos de políticas públicas de educação sexual de crianças e adolescentes nas escolas.

Em suma, há um embate tensionando entre conservadorismo e pautas de gênero na Câmara Federal. Para os conservadores gênero está necessariamente vinculado ao sexo biológico, enquanto para os progressistas, como afirma Butler, o uso contemporâneo de ‘gênero’ não se volta tacitamente as mulheres, também significa ‘identidade de gênero’ transgênero - pessoas que se identificam com outro gênero.

Concluimos que há uma manifestação explícita e incisiva em defesa de valores e concepções tradicionais presentes nos projetos de lei, sendo a educação o tema mais recorrente. Por outro lado, há uma oposição em relação ao conservadorismo cristão “antigênero”, a educação sexual nas escolas. Nesta guerra políticas e cultural de disputas por morais opostas se espera o avanço do debate das ideias e deliberações no espaço

parlamentar sem comprometer a essência da democracia pois quando a relativização é generalizada – cada um com suas verdades - se torna difícil firmar compromisso com valores como o direito, a justiça e a dignidade humana.

6. REFERÊNCIAS

CORREIA, Mariama; QUEIROZ, Danilo. **Educação é principal foco de projetos de lei conservadores na Câmara**. Agência Pública. 24 de março de 2024. Disponível em: <https://apublica.org/2024/03/educacao-e-principal-foco-de-projetos-de-lei-conservadores-na-camara/>. Acesso em: 22 mai. 2024.

BARRETO, Andre Assi. A Política da Prudência. Russel Kirk. Mises. **Revista Interdisciplinar de Filosofia, Direito e Economia**. V.II. n.2 (edição 4), Jul-Dez-2014. BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo, Perspectiva, 1998. BONNEWIJN, Olivier. **Gender quem és tu?** Sobre a Ideologia de Gênero. 1º edição, 2015, CEDET.

BUTLER, Judith. **Desfazendo gênero**. São Paulo, Unesp, 2022.

CORREIA, Mariana; QUEIROZ, Danilo. Educação é principal foco de projetos de lei conservadores na Câmara. **Agência Pública**. 24 de março de 2024. Disponível em: <https://apublica.org/2024/03/educacao-e-principal-foco-de-projetos-de-lei-conservadores-na-camara/>. Acesso em: 22 mai. 2024).

GARSCHAGEN, Bruno. **O mínimo sobre o conservadorismo**. Campinas, SP. O mínimo, 2023.

KOYSIS, David T. **Visões & ilusões políticas: uma análise e crítica cristã das ideologias contemporâneas**. Tradução de Lucas G. Freire. - São Paulo: Vida Nova, 2014.

LEMOS, Adriel & CARVALHO, Robson. **Ideologia de Gênero**. Entendendo o que é e qual a sua responsabilidade. Rio de Janeiro, CPAD, 2023.

PEARCEY, Nancy. **Ama teu corpo**. Contrapondo a cultura que fragmenta o ser humano criado à imagem de Deus. Rio de Janeiro, CPAD, 2022.

SANTOS, Joselino & AGUIAR, Beatriz. Desenvolvimento da sexualidade de crianças e adolescentes in CASTANHA, Neide (org) 18 de maio. **Cadernos temáticos. Direitos Sexuais são Direitos Humanos**. Coletânea de Textos, Brasília/DF, maio, 2008.

SAX, Leonard. **Por Que Gênero Importa**. São Paulo, LVM Editora, 2019.

SOUZA, Jamerson Murillo Anunciação. Edmund Burke e a gênese conservadorismo in **Serviço Social e Sociedade**, n.126, p.360-377, maio/ago,2016. SCRUTON, Roger. **Conservadorismo: um convite a grande tradição**. Rio de Janeiro: Record, 2022.

WALKER, Andrew T. **God and the transgender debate.** What does de Bible actually say about Gender Identitiy? Thegoodbook company, 2